

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS LITORAL  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
ROSANGELA DIAS FLORES MAMUS**

**“A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA CIDADE DE  
IRETAMA.”**

**2013  
NOVA TEBAS/PR**

**ROSANGELA DIAS FLORES MAMUS**

**“A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA CIDADE DE  
IRETAMA.”**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção da certificação do curso de Especialização do Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Cassius Marcelo Cruz

**2013  
NOVA TEBAS/PR**

## SUMÁRIO

<b>01</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>04</b>
<b>02</b>	<b>METODOLOGIA.....</b> .	<b>06</b>
<b>03</b>	<b>DESENVOLVIMENTO.....</b> .	<b>07</b>
<b>3.1</b>	<b>EDUCAÇÃO DO CAMPO.....</b>	<b>08</b>
<b>3.2</b>	<b>ASPECTOS HISTORICOS QUE NORTEIAM A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA.....</b>	<b>09</b>
<b>3.3</b>	<b>HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL DO MARILU.....</b>	<b>11</b>
<b>04</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>13</b>
<b>05</b>	<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>16</b>

## RESUMO

*O presente artigo foi elaborado por meio de pesquisas bibliográficas e observações numa escola rural, com o objetivo de conhecer a história e os movimentos sociais que fazem parte da Educação do Campo, com o intuito de compreender a importância dos avanços obtidos na área. Ressaltando também a necessidade de conhecer e valorizar o ensino aos estudantes do campo, do município de Iretama e a Escola onde foi Implantada a Educação do Campo mediante a realidade dos estudantes pertencentes a essa localidade, onde as famílias de pequenos agricultores assentados perto dessa escola rural possam se sentir estimulados para ali continuar e fazer parte do processo da Educação do Campo.*

**Palavras – Chave:** Educação do Campo, família e sustentabilidade

## 1- INTRODUÇÃO

O termo Educação do Campo veio a partir de acontecimentos históricos sobre movimentos sociais como Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra / MST, onde pessoas querendo garantir um pedaço de terra para sua sobrevivência. A educação do campo não é uma temática nova, porém esta sendo trabalhada e divulgada pelo governo como uma forma de alternativa para a fixação do homem no campo. Por muito tempo o homem do campo se viu sozinho e sem amparo governamental para desenvolver suas atividades e fixar sua permanência no campo. Com o passar do tempo essa insistência do homem em ficar no campo deixou de existir e o mesmo passou a procurar a cidade em busca de melhores condições de vida.

Ainda é muito forte o paradigma do fim do campesinato. Esse modelo de interpretação tem duas leituras. Uma baseada na diferença gerada pela renda capitalizada da terra que destrói o campesinato, transformando pequena parte em capitalista e grande parte em assalariado. A outra leitura do fim do campesinato acredita simplesmente na inviabilidade da agricultura camponesa perante a supremacia da agricultura capitalista (PARANÁ, p.15, 2005).

Essa busca fez com que o número populacional do campo fosse diminuindo gradativamente, compondo assim um outro grupo que seria o camponês

na cidade gerando uma população carente, não de bens financeiros mas de qualidade de vida social e cultural, e esta nova realidade prejudicou um desenvolvimento mais fortalecido no campo, pois por mais que alguns pequenos agricultores permanecessem no campo uma grande maioria saiu a procura da uma vida utópica na cidade. Após um tempo demasiado de esquecimento com o campo o governo volta a ver com outros olhos esse grupo variado, buscando novas alternativas para corrigir uma política antiga.

Sendo assim, fica-nos um questionamento, até que ponto pode-se entender que esse investimento governamental esta sendo produtivo para o bom desenvolvimento da educação do campo? Será que é este o caminho? Preparar os alunos, futuros homens e mulheres do campo, sem realizar um trabalho em conjunto com a família destes alunos?

Analisando as propostas que o governo vem propondo para a população do campo vemos que o mesmo esta se preocupando com a pratica, mas deixando de lado a teoria, é preciso primeiramente entender a importância do trabalho do homem do campo no campo ou seja a valorização do agricultor dentro do que ele pode produzir, pois sabemos que na região em que vivemos o pequeno agricultor tem poucas chances de sobreviver pois sua propriedade é cercada de latifúndios os quais fazem uso de agrotóxicos os quais impossibilitam a pequena produção. Essa realidade faz com quem entendamos a necessidade de uma educação do campo para o campo voltada para as necessidades locais as quais devem ser vistas como ponto positivo e não como algo que possa atrapalhar os lucros do agricultor.

A Educação do Campo é concebida para além da escola, pois está integrada a um projeto de vida social no campo, sendo construída por sujeitos que vivem no campo e dependem da terra para sua sobrevivência. A solução não esta somente na implantação de uma nova educação voltada somente para escola na pratica educacional, mas sim deve estar voltada pra um pratica social partindo do governo uma consciência maior do que esta se propondo e uma instrução de qualidade para o homem do campo para que o mesmo entenda que as mudanças não serão prejudiciais aos mesmo, mas sim uma nova possibilidade vê dia mas confortável e justa no campo.

O presente trabalho tem como, objetivo conhecer e compreender os aspectos políticos que norteiam a Educação do Campo, procurando as ações educativas atribuídas na formação dos sujeitos do campo e metodologias que se refere à Educação do Campo sobre a sustentabilidade e como utilizam no ensino perante a realidade dos alunos que vivem nessa localidade.

Com base em pesquisas bibliográficas e observações em uma escola rural pertencente ao Município de Iretama no distrito de Marilu, escola essa Estadual que desenvolve seu ensino aprendizado para alunos do 6º ano ao 9º ano. Nela freqüentam alunos que são de pequenas propriedades rurais e assentamentos.

Nesse trabalho conta também um pouco sobre a trajetória da escola rural, sobre a identidade dos sujeitos que nela freqüentam.

A Educação do Campo compreende a educação escolar como direito universal, ou seja, todas as pessoas têm o direito de estudar, independente de onde o sujeito mora se é no campo ou em outra localidade, com esse novo olhar para a educação, promove a emancipação humana e social.

A Educação do Campo é concebida para além da escola, pois está integrada a um projeto de vida social no campo, sendo construída por sujeitos que vivem no campo e dependem da terra para sua sobrevivência. A solução não esta somente na implantação de uma nova educação voltada somente para escola na pratica educacional, mas sim deve estar voltada pra um pratica social partindo do governo uma consciência maior do que esta se propondo e uma instrução de qualidade para o homem do campo para que o mesmo entende que as mudanças não serão prejudiciais aos mesmo, mas sim uma nova possibilidade vê dia mas confortável e justa no campo.

## **2- METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para a elaboração do trabalho foi por meio de pesquisas bibliográfica, entrevistas, análise do Projeto Político Pedagógico da escola e observação das varias situações as quais a escola rural de Iretama se encontrava frente ao novo: “Educação do Campo”. Depois de fazer varias observações numa escola pertencente à zona rural como professora que leciona na

escola no período vespertino nas séries iniciais do ensino fundamental ( Educação Infantil, 1º ano ao 5º ano), escola que se chama Frei Henrique Soares de Coimbra, tendo como mantedora a Secretaria Municipal da Educação do município de Iretama. Passei a pesquisar o tema, observando alunos que freqüentam a escola no período matutino, alunos esses do Ensino Fundamental ( 6º ano ao 9º ano) da Escola do Campo do Marilu, tendo como mantedora o Estado, ou seja é uma Escola Estadual. Em cima destes comecei a descrever o projeto, principalmente se baseando com a afirmação de alguns autores citados durante a leitura deste estudo. Pude observar a necessidade de conhecer os aspectos políticos que norteiam a Educação no campo e a trajetória como ocorreu a implantação desse ensino, valorizando os estudantes do campo dessa cidade, e seus familiares como pequenos agricultores.

O trabalho foi realizado de cunho qualitativo, objetivando uma análise aprofundada a respeito de como ocorreu a história da implantação da educação do campo no município de Iretama.

Acredito que quanto mais a escola é democrática, mais transparente é. Quanto mais à escola é democrática, menos erra, tem mais acertos e possibilidades de atender com equidade as demandas sociais.

### **3 – DESENVOLVIMENTO**

Educação do Campo não é um conceito que já está pronto e muito fechado, mas, sim, um conceito em movimento que vem sendo construído nas últimas décadas, principalmente a partir de práticas e de relações pedagógicas que estão sendo operacionalizadas neste tempo e espaço histórico: “a sociedade brasileira atual e a dinâmica específica que envolve os sujeitos sociais do campo”. (CALDART, 2009). Ou seja, a Educação do Campo se realiza no conjunto dos Movimentos Sociais, nas lutas pela terra, por condições dignas de vida, e, pela afirmação de sua identidade que o povo do campo tem realizado.

É uma educação que não se faz “sem” ou “para” os sujeitos do campo, mas “com” os sujeitos do campo, como já salientou Caldart. Nessa educação a discussão sobre o campo precede a discussão sobre educação, entendendo o

campo como o lugar onde vivem, onde trabalham, onde produzem cultura, onde se relacionam os sujeitos do campo. Deve ser “uma educação entendida não como um fim em si mesma, mas como um instrumento de construção da hegemonia de um projeto de sociedade: incluyente, democrática e plural.” (SALOMÃO, 2005).

É preciso reconhecer que no campo existe uma pluralidade de sujeitos, tais como assentados, acampados, índios, quilombolas, trabalhadores assalariados, que podem e devem conviver numa relação dialógica e fraterna. Para isso é preciso que a educação seja um projeto da classe trabalhadora do campo para todas as pessoas que estão no campo. Uma educação que contribui para a construção de outra relação entre o campo e a cidade, enfrentando a hierarquia e a desigualdade atualmente existentes. Entendendo a instituição escolar como espaço de acesso ao saber, vamos observar que:

(...) no campo ela introduz na experiência educativa elementos culturais e perspectivas de vida diferentes daqueles do universo camponês, o que favorece a própria negação desse universo, seu esvaziamento cultural e simbólico, provocado pela expressão de sentimentos e valores que não fazem parte da socialização para o mundo rural. Nesse espaço em que o indivíduo reelabora a maneira de expressar sua natureza pessoal e social, esses homens e mulheres são levados a assimilar outros referenciais culturais, no bojo dos conhecimentos que adquirem. (BELTRAME, p.18, 2009)

Sendo assim, a escola vai enfrentar resistência dos sujeitos do campo, uma vez que...

(...) a “mensagem” da escola não se integra num esquema de necessidades vitais ao homem que trabalha e vive no campo. A integração efetiva da escola com as necessidades vitais do sujeito só ocorre quando ele se propõe a migração para a cidade ou se envolve com relações materialmente significativas de caráter urbano (...). (BELTRAME, p.19, 2009)

Porém, o campo, os sujeitos do campo e a educação do campo vem passando por transformações que nos levam a anunciar o nascimento de uma nova escola do campo.

### **3.1 - EDUCAÇÃO DO CAMPO**

O início se deu na década de 1980. Um movimento culturalmente machista onde mulheres estiveram presentes nessa trajetória, não tendo um reconhecimento sobre suas ações nos interesses sociais, mas fazem parte da história da Educação do Campo, sendo que o papel dos movimentos sociais na sociedade veio aos poucos tomando uma postura inovadora sobre os direitos dos cidadãos, pessoas essas submissas pela sociedade capitalista.

### **3.2 - ASPECTOS HISTÓRICOS QUE NORTEIAM A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA**

Com a implantação da Educação do Campo na Escola Estadual rural do município de Iretama, privilegia os saberes e as experiências dos sujeitos que vivem no campo, pois mostra seus valores perante a sociedade, tendo assim um processo de escolarização da Educação Básica, com isso, vem a valorizar e respeitar a diversidade existente nessa localidade, como as manifestações políticas, econômicas, culturais e socioambientais. Visto que a escola atualmente está adequando seu Projeto Político Pedagógico de acordo com o ensino proposto pela LDB , visando qual a melhor forma de envolver a Educação do Campo na comunidade.

A Educação do Campo em sua trajetória histórica adquiriu suas próprias Políticas Públicas, constituídas por ações do Estado, visando a necessidade educativa sobre a realidade social dos sujeitos do campo. Com base nisso, as Políticas Públicas para a Educação do Campo, quando formalizadas por um aparato jurídico normativo, devem instituir formas legais para garantir ao sujeito seus direitos como cidadãos sociais do campo.

Com base no Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado em 1998, propõe-se que as escolas pertencentes ao espaço rural ou seja do campo devem receber atenção e tratamento diferenciado, assegurando que o ensino básico chegue a todos;

“a escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do país e a ampliação da oferta de quatro séries regulares em substituição as classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas

as peculiaridades regionais e a sazonalidade. (BRASIL, PNE, 1998)”.

A Escola Estadual de Marilu possui sua própria identidade, pois nela freqüentam alunos que moram em pequenas propriedades rurais e assentamentos, esses que são filhos de agricultores que buscam sobreviver com suas culturas, e tentam fazer do seu modo de vida com meios legais de sustentabilidade, através de plantios de hortaliças, produções de leite, ovos e até mesmo cooperativas entre mulheres que residem nos assentamentos, mulheres essas que produzem pães, bolos ,bolachas, etc. Esses produtos são destinados ao próprio município com centrais de arrecadação na APAE, onde os mesmos trabalham em parceria com a Secretaria Municipal da Agricultura do Município de Iretama e Secretaria da Educação, fazendo assim distribuição para as escolas municipais do município. Garantido uma parceria com os pequenos agricultores e assentamentos, assim essas pessoas garantem sua sobrevivência por meio da sustentabilidade. Pois também mantêm o meio onde vivem em condições estáveis sem precisar degradar a natureza.

Segundo Senhor Paulo Eugenio um dos entrevistados para a realização deste trabalho relatou que; “estudou nessa escola nos anos 70 e ainda reside na propriedade ele retrata que desde o inicio da escola os pequenos agricultores que naquela época eram muitos ao contrário de hoje que são poucos e a maioria são de assentamentos, as pessoas buscavam uma renda a mais para complementar o orçamento doméstico, pois naquela época era muito requisitado trabalhador rural ou seja o conhecido “bóia-fria”, hoje já não existe mais essa função ,pois a maioria dos proprietários que possuem grandes quantidades de terras trabalham com implementos agrícolas não necessitando de muitos trabalhadores. Com isso muitos pequenos agricultores não conseguiam manter suas famílias e acabaram vendendo suas propriedades e foram embora para o espaço urbano. Hoje em dia há projetos municipais e estaduais que buscam manter os pequenos agricultores na propriedade bastam eles quererem trabalhar e fazer cursos para poderem produzir e melhorar o orçamento doméstico, utilizando recursos de sua própria propriedade, comentou também ; que o ensino mudou muito pois hoje em dia a educação é mais flexível e valoriza seus alunos ao contrário de antigamente que os alunos eram

simplesmente alunos e não considerados como parte de uma sociedade seguiam um sistema mais rígido “.

De acordo com o art.2º § único das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, ao afirmar que:

“a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação as questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país”.

Portanto com a valorização do sujeito que frequenta essa escola rural se tem como perspectivas novas ações, ou seja, a Escola procura melhorar o ensino com uma formação continuada dos professores que ali lecionam voltada a realidade local, assim os professores podem desenvolver métodos educacionais que contribuem na formação do sujeito, como por exemplo, mostrar aos seus alunos a importância deles nessas propriedades para a sobrevivência da agricultura popular através da sustentabilidade.

Entretanto a escola procura valorizar e manter viva a memória de origem; vivenciar a organicidade e a formação do ser humano; os conhecimentos para a transformação social; a história da luta dos movimentos sociais da classe trabalhadora e principalmente trabalha de acordo com as normas da LDB.

### **3. 3 - A HISTORIA DA ESCOLA ESTADUAL DO MARILU**

A Escola Estadual de Marilu, iniciou sua trajetória em 12 de abril de 1960 como Escola São José do Muquidão, iniciou suas atividades em uma casa particular, construída em madeira, na fazenda do mesmo nome, aonde mais tarde, viria a constituir-se em um povoado e elevado a categoria de Distrito, com o nome de Marilu; através da lei nº 5.409 de 20 de outubro de 1966. Em 1972, a Escola é transferida para o atual prédio de alvenaria, construída no mês de maio do mesmo ano. Teve sua autorização em 04 de janeiro de 1983 através dos atos oficiais da Lei 5692/71, na resolução secretarial nº 127/82. Em 12 de março do ano de 1985 é reconhecida como Escola Estadual de Marilu pela resolução secretarial nº 800/85,

na gestão do então prefeito Humberto Gomes Martins, autorizado pela Inspetora de Auxiliar de Ensino Doracy dos Santos Bertaluzzi.

A Escola Estadual de Marilu conta com um terreno de 400 M<sup>2</sup>, é um prédio de alvenaria de mais ou menos trinta anos. É composta de 04 salas de aula de 7 x 7 metros quadrados, uma sala de aula de 2 x 3 metros quadrados, uma sala de 2 x 3 metros quadrados onde está instalada a biblioteca e outra sala de 2 x 3 metros quadrados onde funciona a secretaria da escola. Possui recursos áudio visuais como retro projetor, TV, vídeo cassete, aparelho de DVD e dois Laboratórios de Informática.

As atividades desportivas e a prática de Educação Física são realizadas em uma quadra poli – esportiva construída pela Prefeitura Municipal, em terreno próprio da escola.

A Escola oferta Ensino Fundamental no período da manhã e conta com uma 6º ano, um 7º ano, um 8º ano e um 9º ano. Está situada no Distrito de Marilu, que se encontra a 15 km da sede do município de Iretama e há 80 Km do Município de Campo Mourão.

O corpo docente é composto de 09 professores, divididos entre as disciplinas, um secretário, uma pedagoga e uma auxiliar de serviços gerais. A administração fica a cargo de um diretor, acumulando os cargos de vice-diretor. A escola atende atualmente 32 ( trinta e dois) alunos, divididos em séries, e sua organização curricular é através de disciplinas.

Caracteriza-se como uma Escola de Zona Rural, no qual a maioria dos alunos vem de assentamento, fazendas e sítios próximos além de uma pequena porcentagem que são da localidade. A maioria dos pais são pessoas simples que sobrevivem do trabalho de bóia-fria, com menos de um salário mínimo.

Os alunos que fazem parte desta escola são crianças que precisam sair bem cedo de casa, e ao chegar a escola uma grande maioria esta pensando na merenda que será servida, temos sim alunos que apresentam uma condição de vida um pouco melhor mas uma parcela maior são filhos de pequenos agricultores, os quais tem seus ganhos voltados para o assistencialismo governamental( Bolsa Família). Os alunos apresentam um desenvolvimento educacional baixo não por morarem no campo, mas por ter somente a escola como um elo com o “aprender”, ou seja os pais não tem escolaridade suficiente para acompanhar o desenvolvimento de seus

filhos. Sendo que estas observações foram feitas durante a pesquisa realizada para a elaboração do TCC.

A Escola é um local de desenvolvimento da consciência crítica da realidade, é uma organização de prestação de serviços educacionais, lugar para abrigar e mediar os projetos educacionais, como espaço, tempo, como instância social, que sirva de base mediadora e articuladora, preocupando-se com o domínio dos conhecimentos formais, os quais nosso educando possa utilizar em seu dia-a-dia.

Ao delinear o papel da instituição escolar, não se está buscando uma uniformização dos estabelecimentos escolares, uma vez que cada escola tem sua história, suas peculiaridades e sua identidade. O objetivo é identificar os aspectos desejáveis e comuns a todas as escolas brasileiras responsáveis pela educação dos indivíduos.

A escola que estamos construindo deve ser um espaço acolhedor que garanta o acesso, a permanência e os avanços efetivos na aprendizagem do aluno. As diferenças individuais devem estar sempre presentes e a atenção à diversidade deve ser o eixo norteador da inclusão educacional. Para o sucesso do ensino-aprendizagem, é fundamental que exista uma relação de confiança e respeito mútuo entre professor e aluno, de maneira que a situação escolar possa dar conta de todas as questões de ordem afetiva.

Para que o ensino-aprendizagem possa acontecer, é necessário investir, em ações que potencializem a disponibilidade do aluno para a aprendizagem, o que se traduz, por exemplo, no empenho em estabelecer relações entre seus conhecimentos prévios sobre um assunto, adquirido no campo, juntamente com seus familiares e o que está sendo apreendido sistematicamente sobre ele na escola. Essa disponibilidade exige ousadia para se buscar soluções e experimentar novos caminhos visando transformar sua realidade, relacionando teoria à prática.

Os processos de ensino-aprendizagem adquirem um enfoque social e chamam à discussão: o modo como devem ser entendidas as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, a importância da relação na qual vivem nossos educandos, relação esta entre cultura e educação, o papel da ação educativa ajustada às situações de aprendizagem e às características da atividade mental construída pelo educando em cada momento da aprendizagem.

#### **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse trabalho de pesquisa, procurei entender e demonstrar como se formou e se colocou em prática a implantação da Educação do Campo no Município de Iretama. Foi através desta pesquisa que comecei a perceber que a teoria não condiz muito com a prática, pois nem todos os professores estão preparados para seguir com o esse novo ensino, pois para eles o caminho certo é o ensino tradicional.

No processo de elaboração deste trabalho, várias fontes de pesquisa foram utilizadas, bem como, referenciais bibliográficos foram consultadas e de fundamental importância para que os objetivos fossem concretizados. É necessário salientar ainda, que o processo de construção do conhecimento se deu durante toda a trajetória do curso.

Essa pesquisa veio contribuir para melhor entender o processo de implantação da Educação do Campo, como foi abordada e suas deficiências em relação aos projetos e das políticas públicas para uma educação que tem como objetivo principal o desenvolvimento humano do homem do campo, sabendo que o campo deixou de ser um espaço somente de produção econômica para a subsistência, ou para encontro com a natureza, sabedoria, fertilidade, costumes, preservação ambiental etc. Pois atualmente nos deparamos com uma realidade de desenvolvimento capitalista. Neste contexto a agricultura de subsistência, as pequenas propriedades perderam espaço para os grandes produtores que expulsaram as pessoas do campo (êxodo rural) e inevitavelmente e acabaram desvalorizando as escolas presentes naquele ambiente. Principalmente na comunidade pesquisada, onde há produção de grande porte de soja, para produtores com grandes áreas de terra.

Em relação a isso é preciso repensar sobre qual educação queremos para o campo dentro dessa realidade imposta, sendo necessário que haja políticas públicas que não sejam pontuais e ainda menos, compensatórias para preservar a Educação do Campo e a escola dessa comunidade que ainda sobrevivem ao modo de produção capitalista.

A defesa de políticas públicas deve ser específicas para o campo não tendo discriminação ou a postura dicotômica entre rural e urbano, mas o fortalecimento de sua identidade, cultura e modo de vida, valorizando os pequenos agricultores e assentados. Nesse sentido, pode-se ter um olhar redirecionado para a educação do homem do campo privilegiando o trabalhador com uma identidade coletiva, ou seja: as suas lutas, o seu saber, a sua cultura na qualidade de sujeito central no processo de recriação de sua educação. Assim, assegurar a cultura mediante o acúmulo e a apropriação do saber científico, das tecnologias e da pesquisa atrelado às universidades e sindicatos e na reelaboração dos saberes em função dos seus interesses e de uma classe, tendo como alicerce o seu conhecimento e saber social, para pensarmos na conquista de uma nova realidade que garanta autonomia para questionamentos da ordem presente no Distrito de Marilu no Município de Iretama.

A Escola Estadual do Marilu busca no seu trabalho uma concepção voltada a Educação do Campo que deve ser um meio de formação com compromisso de reconhecer os sujeitos, recuperar a sua cultura e sua identidade de trabalhador do campo e criar alternativas de outro tipo de conhecimento e prática que tenha como objetivo sua emancipação. Pois é neste contexto, que a comunidade deve ser o eixo pedagógico da escola buscando sempre sua inserção social dos seus indivíduos para a transformação da escola. Com isso, resgatar a identidade histórica da comunidade fundamentando numa raiz cultural, do saber e da experiência de cada um dentro do seu espaço social.

Enfim, a Educação do Campo tem como desafio se consolidar como uma educação fortalecida em seu próprio ambiente e que supere a dicotomia entre rural-urbano, ao mesmo tempo em que resguarda a identidade cultural dos grupos que ali constituem sua vida. Nesse sentido, o principal objetivo de uma escola do campo é ser uma instituição vinculada à cultura que se manifesta e se caracteriza por meio de relações sociais mediadas pelo trabalho na terra, valorizando a sustentabilidade no mundo atual.

## 5- REFERENCIAS

BELTRAME, S. A. B. **Cenários da escola do campo**. In: FOERSTE, Erineu, MAGITSHUTZ-FOERSTE, Gerda, CALIARI, Rogério. (Orgs.). Educação do Campo. Povos. Territórios. Movimentos sociais. Saberes da terra. Sustentabilidade. Espírito Santo: UFES, 2009.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Cadernos Pedagógicos do PROJOVEM Campo – Saberes da Terra. Brasília, 2010.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui\\_C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui_C3%A7ao.htm)> Acesso em: 29 jan. 2014.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_5ed.pdf](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2014.

CALDART, R.S. **Sobre educação do campo**. In: FOERSTE, Erineu, MAGIT-SCHUTZ-FOERSTE, Gerda, CALIARI, Rogério. (rgs.). Educação do Campo. Povos. Territórios. Movimentos sociais. Saberes da terra. Sustentabilidade. Espírito Santo: UFES, 2009.

**Diretrizes Operacionais** para a Educação Básica das Escolas do Campo. CNE/MEC, Brasília, 2002.

PARANÁ. Secretária de Estado da Educação. **Superintendência da Educação**. Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED-PR, 2005.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – **Escola Estadual do Marilu**, Município de Iretama.

SALOMÃO, Hage. **A importância da articulação da identidade e pela luta da educação**. 2005.